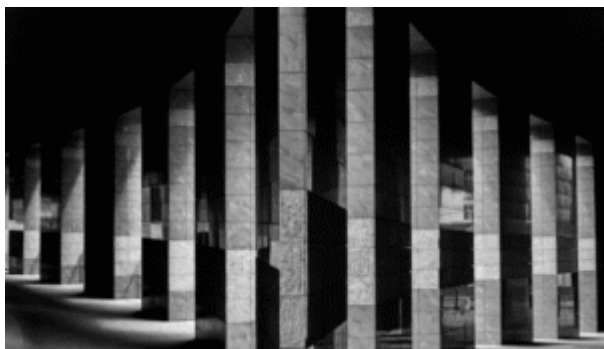


A semiótica como força produtiva



Por **GABRIEL FREITAS***

Para fortalecer sua crítica ao capitalismo, o marxismo deve incorporar uma teoria materialista da língua: signos não são epifenômenos, mas tecnologias que constroem poder

A relevância do marxismo como ferramenta de análise e crítica social, bem como instrumento para a ação e organização revolucionária, segue inegável no século XXI. Suas categorias e filosofia subjacente continuam a oferecer compreensões poderosas sobre as dinâmicas do capitalismo, as relações de poder e as lutas por emancipação.

Contudo, para que o marxismo mantenha sua vitalidade e capacidade de interpelação frente aos complexos desafios da vida sócio-histórica, que está sempre em movimento, é crucial um esforço contínuo de atualização e refinamento de seu arsenal teórico e analítico. Nesse sentido, um fenômeno que demanda uma atenção renovada e aprofundada é o papel da língua e da semiose na constituição da realidade social, da ideologia e da própria subjetividade.

Neste curto texto, me proponho a enfrentar essa questão, argumentando que a tradição marxista, em suas vertentes mais clássicas e mesmo em algumas de suas releituras posteriores, tende a uma negligência sistemática ou a um tratamento superficial da língua. Frequentemente reduzida a um epifenômeno da base material, a um mero instrumento de comunicação ou a um reflexo passivo das relações de produção, a língua tem sua agência e sua materialidade própria subestimadas.

Essa lacuna, defendo, limita a capacidade do marxismo de compreender em toda a sua profundidade os mecanismos de produção e reprodução da ideologia, a construção da hegemonia e as sutilezas da constituição dos sujeitos sociais.

Como alternativa e superação, apresento as bases de um realismo materialista-semiótico. Esta abordagem, fundamentada em uma síntese transdisciplinar que articula contribuições da linguística (especialmente a Linguística Sistêmico-Funcional), da Teoria da Construção de Nicho Semiótico (informada pelas contribuições de biólogos marxistas como Lewontin e Levins e sua visão sobre a reestruturação causal na biologia evolutiva a partir da noção de causação dialética) e de uma reinterpretação da própria tradição marxista, busca entender a língua como uma força material ativa e constitutiva da realidade social e das relações de poder que a atravessam.

A semiose, nesta perspectiva, não é um domínio à parte da materialidade, mas uma dimensão intrínseca a ela, um conjunto de práticas e tecnologias que moldam ativamente o que podemos pensar, sentir, perceber e fazer.

A língua no marxismo

a terra é redonda

A relação entre o marxismo e a teoria da língua é complexa e, em muitos aspectos, paradoxal. Por um lado, a centralidade da ideologia, da consciência de classe e da crítica à alienação no pensamento de Marx e Engels sugeriria uma atenção especial aos mecanismos simbólico-linguísticos que medeiam as relações sociais e a percepção da realidade. Por outro lado, uma análise detida de seus textos revela uma ausência notável de uma teoria da língua sistemática e desenvolvida, uma lacuna que, com raras e notáveis exceções, tendeu a se perpetuar em grande parte da tradição marxista subsequente.

Marx e Engels, em obras como *A Ideologia Alemã*, reconheceram a língua como “a consciência prática, real, que existe para os outros homens e que, portanto, existe também para mim mesmo”, e afirmaram que “a língua é tão antiga quanto a consciência”. Essas formulações apontam para uma compreensão da língua como intrinsecamente social e ligada à atividade humana.

No entanto, essa intuição não se desdobrou em uma investigação aprofundada sobre a estrutura interna da língua, seus mecanismos de produção de significado ou seu papel ativo na configuração das próprias relações de produção e das formas de consciência. Prevaleceu, muitas vezes, uma visão instrumental da língua, ou uma tendência a considerá-la como parte da superestrutura, determinada em última instância pela base econômico-material.

Essa perspectiva, embora útil para destacar o condicionamento social da produção simbólica, acabou por negligenciar a materialidade da própria língua e sua capacidade de agência na transformação social.

Diante desse cenário, a negligência em relação à especificidade da semiose como fenômeno com suas próprias leis e dinâmicas teve consequências significativas. Limitou, por exemplo, a análise marxista da cultura, da arte e dos fenômenos cotidianos da comunicação, que por vezes foram tratados de forma reducionista.

A falta de uma teoria da língua robusta dificultou a compreensão de como o poder se inscreve nos próprios tecidos da língua, como as categorias linguísticas moldam a percepção da exploração e da dominação, e como a luta de classes se manifesta também como uma luta por significados, por narrativas, por hegemonia discursiva.

É verdade que algumas contribuições posteriores buscaram preencher essa lacuna. Valentin Volóchinov, figura proeminente do Círculo de Bakhtin, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, ofereceu uma crítica contundente ao objetivismo abstrato e ao subjetivismo idealista na linguística, propondo uma visão da língua como um fenômeno social e ideológico por excelência, um campo onde os signos se tornam arena da luta de classes. Para Valentin Volóchinov, o signo é multiacentual, refletindo e refratando as contradições sociais.

Antonio Gramsci, com seu conceito de hegemonia, também abriu caminhos importantes ao destacar o papel da cultura, do senso comum e, implicitamente, da língua na construção do consentimento e na manutenção do poder da classe dominante. Seus escritos sobre os intelectuais, a organização da cultura e a necessidade de uma reforma intelectual e moral apontam para a centralidade das disputas simbólicas.

Louis Althusser, por sua vez, com a teoria dos *Aparelhos Ideológicos de Estado*, chamou a atenção para como instituições como a escola, a igreja e a mídia funcionam para reproduzir a ideologia dominante, interpelando os indivíduos como sujeitos. A língua é, evidentemente, o veículo privilegiado dessa interpelação.

Contudo, mesmo nessas contribuições valiosas, a análise muitas vezes permaneceu no nível do “conteúdo” ideológico veiculado pela língua, ou no papel das instituições, sem adentrar suficientemente na materialidade intrínseca da própria prática semiótica como força produtiva e constitutiva.

A semiose como um sistema material específico, com suas tecnologias, suas formas de construção de nichos e seus efeitos ontológicos – termos esses que serão desenvolvidos adiante –, ainda carece de uma exploração mais sistemática dentro do quadro marxista. O desafio, portanto, não é apenas reconhecer que a língua *tem* um papel na ideologia ou na hegemonia, mas compreender *como* ela opera materialmente para produzir e sustentar realidades sociais, e como essa operação está

entrelaçada com as relações de poder e produção.

Fundamentos de um realismo materialista-semiótico

Para superar a lacuna histórica no tratamento da língua pela tradição marxista, propomos um realismo materialista-semiótico. Esta abordagem não busca apenas adicionar um “componente linguístico” ao marxismo, mas reconfigurar a própria compreensão da materialidade e da agência social a partir da centralidade da semiose. Trata-se de reconhecer que os signos não são meros reflexos ou ferramentas neutras, mas práticas materiais que ativamente constituem os mundos sociais, as subjetividades e as próprias condições de possibilidade da experiência e da transformação.

A defesa de um realismo material-semiótico encontra seu alicerce mais profundo na própria trajetória evolutiva da língua humana e nas propriedades singulares que emergiram desse processo. A transição de sistemas comunicativos mais simples, ou protolínguas, para a língua como um sistema semiótico de quarta ordem superior (ou seja, um sistema que herda características de sistemas físicos, biológicos, sociais e semióticos primários), conforme teorizado por Michael Halliday, não foi apenas um incremento quantitativo, mas uma transformação qualitativa com implicações ontológicas.

Central para essa transformação foi a emergência no sistema linguístico de um nível lexicogramatical abstrato, interposto entre o nível do conteúdo (semântica) e da expressão (fonologia/grafologia). Essa complexificação multinível, que Annabelle Lukin descreve como um “*big bang* semiótico”, dotou a língua de um poder de produção de significado sem precedentes.

A relação entre lexicogramática e semântica, diferentemente da relação arbitrária entre conteúdo e expressão, tornou-se “natural”, no sentido de que as escolhas gramaticais sistematicamente constroem e refletem padrões da experiência humana. A gramática, assim, não é um código neutro, mas, nas palavras de Halliday, um “interpretador ideológico embutido na própria língua”, que ativamente molda como a realidade é percebida e construída.

Ademais, a organização metafuncional da língua – sua capacidade de simultaneamente construir experiência (ideacional), negociar relações sociais (interpessoal) e criar relevância contextual (textual) – significa que toda representação é, intrinsecamente, uma ação e uma instanciização contextualizada de posicionamento social. Não há como separar o “conteúdo” de sua “forma” ou de seu “uso”; eles são coproduzidos.

É precisamente nessa complexificação semiótica – a gramaticalização do significado, a organização metafuncional e a capacidade de gerar o que Halliday chamou de “universo paralelo feito de significados” – que a dicotomia clássica entre materialismo e idealismo se dissolve. A língua, como prática social corporificada e sistema material (sons, gestos, inscrições), não é um mero reflexo de uma “base material” ou um veículo para “ideias” preexistentes.

Ela é a própria arena onde o material e o semiótico se constituem mutuamente. A “transdução do fenomenal de volta ao fenomenal”, como Halliday descreve a operação do signo linguístico através das interfaces de conteúdo e expressão, demonstra que a produção de significado é uma prática material que engendra o semiótico, e o semiótico só ganha agência e se manifesta através de práticas semiótico-materiais. A evolução da língua, portanto, não nos deu apenas uma ferramenta para descrever o mundo, mas uma tecnologia para ativamente construí-lo e habitá-lo de formas específicas, tornando a experiência humana inseparavelmente sócio-histórica e semioticamente mediada.

Os fundamentos desta perspectiva se assentam em alguns conceitos-chave, desenvolvidos em diálogo crítico e transdisciplinar:

(i) Linguística ontológica e relativismo semiótico controlado: Partimos da premissa de que a língua não é um sistema de

etiquetas para uma realidade preexistente e independente. Ao contrário, as categorias e estruturas de uma língua (ou de um sistema semiótico mais amplo) desempenham um papel fundamental na própria constituição do que conta como “real” para uma determinada comunidade.

Diferentes sistemas semióticos não apenas “descrevem” o mundo de maneiras diferentes; eles ativamente constroem diferentes mundos de significado, diferentes ontologias. Isso não implica um relativismo absoluto onde “tudo vale”, pois, como veremos, a materialidade impõe constrangimentos. Trata-se, antes, de um relativismo semiótico que reconhece que nossa apreensão da realidade é sempre mediada e moldada pelas ferramentas semióticas de que dispomos. A língua, portanto, tem um estatuto ontológico: ela é condição de possibilidade para a emergência de certos tipos de seres, relações e fenômenos sociais.

(ii) Construção de nicho semiótico: inspirado na teoria da construção de nicho da biologia evolutiva, este conceito é transposto para o domínio da semiose humana. Assim como os organismos modificam seus ambientes e, com isso, alteram as pressões seletivas sobre si mesmos e outras espécies, os seres humanos, através de suas práticas semióticas (principalmente a língua, mas também rituais, artefatos, tecnologias), constroem ativamente seus nichos semióticos.

Estes são os ambientes simbólico-materiais que habitamos, que estruturam nossa percepção, cognição, afeto e ação. Um nicho semiótico não é apenas um “contexto cultural”, mas um sistema dinâmico de significados e práticas materiais que são coproduzidos e mantidos pelos seus habitantes. A língua é a principal ferramenta e o principal produto dessa construção de nicho, definindo o que é relevante, o que é possível, o que é valorizado dentro de um determinado universo social. Esses nichos, uma vez estabelecidos, exercem uma poderosa influência sobre as formas de vida que neles se desenvolvem, naturalizando certas práticas e marginalizando outras.

Afirmo que os seres humanos vivem imersos em “nichos semióticos” por considerar como ponto relevante a coevolução entre a língua e o cérebro humano, um processo brilhantemente explorado por Terrence Deacon.

Deacon argumenta que a língua não surgiu como um produto tardio de um cérebro já plenamente capacitado. Ao contrário, as primeiras capacidades simbólicas, mesmo que rudimentares, exerceram uma pressão seletiva única sobre a evolução cerebral. Cérebros mais aptos a adquirir, processar e transmitir sistemas simbólicos complexos foram favorecidos, levando a um ciclo de retroalimentação positiva em que a crescente complexidade linguística impulsionava a reorganização neural, e vice-versa.

Esse processo foi modulado por transformações mais amplas na evolução humana, como dinâmicas de auto-domesticação, que podem ter refinado as predisposições sociais para a cooperação e o aprendizado cultural intensivo, e o relaxamento de certas pressões seletivas que permitiram maior plasticidade e um período de desenvolvimento juvenil prolongado, crucial para a aquisição de sistemas semióticos complexos.

O resultado dessa trajetória coevolutiva não foi apenas um aumento no tamanho cerebral, mas uma reconfiguração qualitativa que deu origem a uma cognição fundamentalmente semiótica. Os seres humanos não são apenas usuários de símbolos; somos criaturas cuja percepção, pensamento, emoção e ação são mediados e constituídos por eles. Habitamos um mundo que é, em sua essência, um artefato simbólico.

É aqui que a analogia com os nichos ecológicos se torna poderosa: assim como os castores, através de sua atividade, constroem represas que transformam seu ambiente aquático, criando um nicho específico que molda sua existência e evolução, os seres humanos, através da língua e de outras práticas semióticas (rituais, artefatos, instituições), constroem ativamente seus nichos culturais e simbólicos.

Esses nichos semióticos – que englobam nossas tecnologias, narrativas, valores, ideologias e as próprias estruturas sociais – não são superestruturas etéreas, mas ambientes materiais e relacionais concretos. Eles definem o que é real, possível e desejável, moldam nossa subjetividade e são transmitidos e transformados através das gerações. Viver em um nicho

semiótico significa que nossa relação com o mundo é sempre mediada por essa camada de significados e práticas materiais que nós mesmos coproduzimos, tornando a distinção entre um “mundo externo” puramente material e um “mundo interno” puramente ideal insustentável.

O argumento central que emerge da articulação desses conceitos é que a semiose é intrinsecamente material em seus processos, em suas práticas e em seus efeitos. Não há uma “base material” de um lado e uma “superestrutura simbólica” de outro. As práticas semióticas são práticas materiais que produzem efeitos materiais – na organização do trabalho, na distribuição de recursos, na saúde dos corpos, na estabilidade ou instabilidade dos ecossistemas.

Superar o dualismo matéria/signo é, portanto, um passo fundamental para uma análise marxista que possa dar conta da complexidade do mundo contemporâneo, onde a produção de significados e a produção de mercadorias estão cada vez mais imbricadas. Esta abordagem oferece uma saída para a subteorização da língua no marxismo, não ao negar a importância dos condicionamentos econômico-materiais, mas ao mostrar como estes são sempre mediados e coproduzidos por sistemas semióticos específicos.

Implicações para uma teoria marxista da ideologia e da hegemonia

A reconceitualização da língua e da semiose como forças materiais ativas, proposta pelo realismo materialista-semiótico, acarreta implicações profundas para uma teoria marxista da ideologia e da hegemonia. Ela nos permite ir além de certas formulações clássicas, oferecendo uma compreensão com mais nuances e operacionalizável desses fenômenos cruciais para a análise do poder.

Ideologia Revisitada Semioticamente: Tradicionalmente, no pensamento marxista, a ideologia foi frequentemente associada à noção de “falsa consciência”, a um conjunto de ideias que mascaram as contradições reais da sociedade de classes ou que servem para legitimar a dominação. Embora essa dimensão da crítica ideológica permaneça válida, uma perspectiva materialista-semiótica nos convida a ampliar essa compreensão. A ideologia não é apenas um “conteúdo” mental ou um “discurso” que reflete (ou distorce) uma base material.

Antes, a ideologia se manifesta nos próprios sistemas semióticos materiais que estruturam nossa percepção, cognição, afetividade e prática social. São as categorias linguísticas que usamos, os rituais em que participamos, os artefatos simbólicos que nos cercam que, em conjunto, tornam certas realidades “pensáveis”, “sentíveis” e “fazíveis”, enquanto outras são sistematicamente marginalizadas ou interditas.

A ideologia, nesse sentido, é performativa: ela *faz* o mundo social ao mesmo tempo em que o interpreta. A luta ideológica, portanto, não é apenas uma batalha de ideias, mas uma disputa sobre os próprios meios de produção semiótica, sobre as tecnologias linguísticas e rituais que constituem os nichos onde a vida social se desenrola.

Hegemonia como Disputa de Nichos Semióticos Dominantes: O conceito gramsciano de hegemonia – a capacidade de uma classe dominante de exercer liderança moral e intelectual sobre as classes subalternas, obtendo seu consentimento ativo – ganha nova profundidade quando articulado com a teoria da construção de nicho semiótico.

A hegemonia não se estabelece apenas pela força ou pela coerção, nem somente pela difusão de ideias abstratas. Ela se constrói e se mantém através da criação e sustentação de nichos semióticos dominantes. Estes são ambientes simbólico-materiais onde as “verdades”, os valores e as práticas da classe hegemônica são naturalizados, tornando-se o “senso comum”, o pano de fundo inquestionado da vida social.

A “força semiótica acumulada” – o prestígio, a legitimidade e a autoridade associadas aos signos e rituais do nicho

a terra é redonda

dominante - torna-se um componente central e material do poder hegemônico. A disputa pela hegemonia é, então, uma luta pela capacidade de definir e controlar os nichos semióticos mais influentes, de impor suas gramáticas e seus rituais, e de marginalizar ou cooptar os nichos alternativos ou contra-hegemônicos.

Busco, assim, argumentar em favor de uma reconceitualização do papel da língua e da semiose na tradição marxista, destacando a necessidade de superar uma negligência histórica que limita, em certa medida, o seu poder analítico. Proponho então o realismo materialista-semiótico como uma abordagem que entende a língua não como um mero reflexo da realidade material, mas como uma força material ativa, uma tecnologia social que constitui mundos, subjetividades e relações de poder.

A centralidade da linguística ontológica e da construção de nicho semiótico nos permite ver a ideologia e a hegemonia não como fenômenos puramente “superestruturais” ou “mentais”, mas como processos encarnados em práticas semióticas concretas que moldam a experiência e a ação.

Um marxismo enriquecido por uma teoria robusta da materialidade semiótica estará mais bem equipado para desvendar formas de dominação e para inspirar práticas de resistência e transformação sócio-semiótica que sejam conscientes do poder constitutivo da língua. Superar as limitações históricas no tratamento da semiose não é um mero exercício acadêmico, mas uma tarefa urgente para revigorar o pensamento crítico e a práxis emancipatória.

O chamado à reflexão sobre o potencial de um realismo materialista-semiótico é, em última instância, um convite a reafirmar a capacidade do marxismo de se reinventar e de continuar sendo uma ferramenta indispensável para a compreensão e a transformação do mundo.

***Gabriel Freitas** é mestre em Linguística pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)